

As relações bilaterais entre Brasil e China: simbiose ou neocolonialismo?

Frederico R. C. De Santos¹

RESUMO

Propomo-nos a investigar se os ganhos recentes do Brasil em suas relações bilaterais com a China são sustentáveis no longo prazo, se o preço da redução da economia brasileira ao setor primário, como se tem observado, não é um preço muito alto a pagar pela obtenção de lucros fugazes, que beneficiam um só setor da economia. Objetivamos responder à pergunta sobre se as bilaterais entre Brasil e China são benéficas para ambos os lados ou se podemos perceber nelas uma tendência para o neocolonialismo.

Palavras-chave: China, Brasil, relações bilaterais, neocolonialismo.

ABSTRACT

Our goal is to investigate the recent Brazilian profit on its bilateral relations with China, if it is sustainable in a long term, if the price of reducing its economy to the primary sector is not too high for just gains that don't last for a long time. We'll try to answer the question on the

¹ Bacharel em Direito e em Filosofia pela UFMG. Especializando em Estudos Diplomáticos pelo CEDIN. Mestrando em Relações Internacionais pela PUC Minas.

nature of the bilateral relations between Brazil and China, if it is symbiotic or a neocolonial-like.

Key-words: China, Brazil, bilateral relations, neocolonialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

I- O FENÔMENO DA ASCENSÃO CHINESA: DOS TRATADOS DESIGUAIS À POTÊNCIA EMERGENTE

1- O império chinês e os tratados desiguais

2- A ascensão chinesa e as matérias-primas

3- O modelo chinês como um caso à parte: o 12º Plano Quinquenal

II- AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E CHINA

1- Elementos de aproximação e diferenciação nas relações Brasil-China

2- Da assimetria das relações bilaterais entre Brasil e China: indícios de neocolonialismo?

CONCLUSÃO

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

INTRODUÇÃO

A República Popular da China, de colônia das potências ocidentais no jogo político-econômico internacional da chamada *Pax Britannica* do século XIX, assiste a uma surpreendente ascensão no cenário mundial. Distinguindo-se somente no tamanho, na geopolítica e no ritmo das mudanças, a expansão chinesa segue um movimento similar ao dos países que passaram por grandes processos de industrialização e urbanização. Assim, de uma economia autossuficiente em produtos primários, a China começa a depender da adequação de economias periféricas fornecedoras de commodities a seus interesses. De fato, a parcela de combustíveis e minérios nas importações chinesas cresce a uma taxa muito superior ao dos outros setores, segundo dados do Banco Mundial. A parcela chinesa sobre as importações totais no mundo em combustíveis e minérios em 2009 foi 10,7% e de produtos agrícolas, 6,4%, sendo que nas importações totais a parcela da China foi 8,5% e 15, 1% em manufaturas. Segundo o IEA de 2010, a China importou 58% do seu consumo de petróleo, o que a elevou à posição de terceiro maior importador do mundo, depois dos EUA e do Japão.

Na última década, o volume de comércio entre a China e a América Latina cresceu a uma taxa muito superior às taxas de comércio desse continente com os EUA, com União Europeia e com a própria América Latina, entre vizinhos, em grande medida devido aos acordos de livre comércio. Grandes projetos de investimento em ferrovias e portos estão em andamento em diversos países latinos. Em 2004, mais de 50% do investimento direto estrangeiro chinês (IED) destinaram-se para a América Latina, e 30% para a Ásia, de acordo com Skira (2007). Ressalta-se que tais investimentos se dão essencialmente no setor primário da economia, justamente aquele de que a China necessita para progredir em sua expansão econômica. Se há investimento em infraestrutura, isso se dá pela necessidade de escoamento dos produtos que interessam aos chineses, e nada mais. Não há, por exemplo, investimento na integração do país por uma infraestrutura de transporte, exatamente o que ocorrera com o Brasil quando colônia de exploração de Portugal, ou, quando, já independente no plano político, quando teve que adequar sua economia aos britânicos e, posteriormente, aos Estados Unidos.

É preciso reconhecer que os ganhos auferidos pelo Brasil em sua parceria com a China têm sido consideráveis, livrando os brasileiros da crise financeira enfrentada pelo ocidente a partir de 2008, o que fez com que muitos analistas festejassem a exitosa parceria. Exportações extraordinárias de matéria-prima para a China e importações de manufaturados chineses a preços irrisórios têm colocado o Brasil ao abrigo das convulsões econômicas

mundiais. Mas pensamos que é preciso cautela. Propomo-nos aqui a investigar se tais ganhos são ou não efetivamente sustentáveis no longo prazo, se o preço da redução da economia brasileira ao setor primário não é um preço muito alto a pagar pela obtenção de lucros fáceis, mas passageiros, que beneficiam uma só parte da economia que, pela sua natureza, não é geradora de emprego e, por si só, não gera desenvolvimento econômico, social e humano. Em suma, são as relações bilaterais entre Brasil e China simbióticas ou podemos perceber nelas certo gérmen de neocolonialismo?

Para tentar responder à questão, traçaremos o percurso da ascensão chinesa, desde os tratados desiguais do século XIX até à consolidação do 12º Plano Quinquenal, que fez da China um modelo político-econômico verdadeiramente à parte. É pela análise do Plano que podemos perceber, no que está dito e no que ficou nas entrelinhas, as reais pretensões chinesas no que diz respeito aos mercados africano, latino-americano e, mais especificamente, ao mercado brasileiro. Feita a análise do 12º Plano Quinquenal, procederemos à investigação dos dados encontrados sobre as relações bilaterais entre Brasil e China, para, daí, tentarmos responder à nossa pergunta de fundo.

I – O FENÔMENO DA ASCENSÃO CHINESA: DOS TRATADOS DESIGUAIS À POTÊNCIA EMERGENTE

1 – O império chinês e os tratados desiguais

Durante o século XIX, Grã-Bretanha, França, EUA e outros países desejavam converter a China em espaço de exploração colonial, não, porém, sem dificuldades (ADSHEAD, 2000). De fato, a China possuía unidade política, o que não acontecia com os indianos, por exemplo, também vítimas das potências imperialistas. Há também que se mencionar a distância geográfica e dificuldade de acesso que o Império chinês oferecia a quem quisesse conquistá-lo, isso sem contar a forte resistência dos chineses, por terem constituído, nos séculos XVII e XVIII, um poderoso império feudal, mantendo como vassalos países como a Coréia, Mongólia, Turquestão Oriental, Birmânia e Vietnã, além do Tibete. Entre 1760 e 1790, o comércio internacional passa a ser controlado por um superintendente chinês, que articulava transações com um pequeno grupo de privilegiados mercadores. Tal medida representava a capacidade de independência econômica da China, que não precisava importar produtos estrangeiros. A política do isolamento, embora reacionária, tinha o propósito de preservar o país de agressões externas, o que, no entanto, contribuiu para sua estagnação e atraso econômico em relação às potências ocidentais. A política do isolamento acaba, contudo, diante do atraso econômico e militar, sucumbindo às agressões externas.

Com base nas colônias da Índia para penetrar na China, os britânicos (até 1833) acabam conseguindo o monopólio comercial no país (HOBBSAWM, 1988). Levavam a Cantão lã, estanho, ferro, chumbo e algodão e compravam dos chineses chás e seda crua. Por volta de 1820, começa o contrabando do ópio, trazido da Índia, com o controle da Companhia das Índias Orientais, que lucrava extraordinariamente com a concessão de licenças. Embora a justificativa dos colonos ingleses para a abertura da China ao comércio estrangeiro se desse por intenções “civilizatórias”, seu propósito prático era o de impor ao país uma relação desigual e onerosa, de apropriar-se de parte de seus territórios e de suas imensas riquezas: de subordinar a China a suas pretensões econômicas e políticas. A importação do ópio minava a saúde do povo, corrompia os costumes, produzia a ruína de muitas atividades econômicas, prejudicava a disciplina no exército e drenava a riqueza do país para o exterior.

A ação legítima das autoridades chinesas de interromperem a comercialização do alucinógeno levou à Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), da qual a China saiu derrotada, diante da maior capacidade técnica dos britânicos. Apesar das reações populares e das

guerrilhas, que dificultavam bastante a ação dos colonizadores, o Governo chinês decidiu por declarar o fim da guerra, devido à pilhagem e às violências praticadas contra a população civil, mesmo tendo como custo a subserviência econômica aos britânicos. Pelo Tratado de Nanquim (1842), a China cede Hong Kong à Grã-Bretanha, além de ter que indenizá-la como reparação de guerra e de abrir cinco portos ao comércio inglês, onde posteriormente seriam criadas concessões britânicas. Em acordo complementar, a China concede aos ingleses direitos de nação mais favorecida e privilégios de extraterritorialidade (jurisdição consular): a Primeira Guerra do Ópio significou apenas o primeiro passo para a exploração colonial inglesa.

Em 1844, EUA e França dão continuidade ao estabelecimento de tratados desiguais com a China competidores da Grã-Bretanha. Embora o comércio marítimo estabelecido com a China fosse inferior ao britânico, os EUA controlavam o contrabando de ópio que procedia da Turquia e era introduzido na China, ao mesmo tempo em que realizavam negócios no Sião (Tailândia) e na Indonésia.

O temor do governo chinês de que as potências começassem a estabelecer alianças entre si fez com que a China adotasse a prática de concessões a todas as potências. Os EUA garantem os direitos, antes outorgados aos britânicos, de nação mais favorecida. Em 1844, por meio de um tratado franco-chinês, a França também garante o título de nação mais favorecida, com “permissão” aos chineses de professarem o cristianismo. Na verdade, o que se chamava de permissão era de fato o instrumento de dominação favorito dos colonizadores franceses.

Não bastassem as investidas das potências imperialistas, a Dinastia Manchu (no poder desde 1644) enfrentava ainda desorganização e protestos internos, como a revolta camponesa dos Taiping e a revolta dos Boxers, tornando-a ainda mais vulnerável às agressões e espoliações estrangeiras.

2- A ascensão chinesa e as matérias-primas

A expansão chinesa, e em particular a da indústria pesada, segue um movimento similar ao dos países que passaram por grandes processos de industrialização e urbanização, sendo que sua singularidade é o tamanho, a geopolítica e o ritmo de mudança. A questão das matérias-primas na China não resulta apenas da sua posição internacional de grande consumidora de petróleo ou minério de ferro, mas de sua posição de maior produtora de

matérias-primas estratégicas para as novas tecnologias e em particular para as da energia alternativa (MEDEIROS, 2011).

A China possui cerca de 20% da população mundial, o quarto maior território e 7% das terras aráveis do planeta (ROSEN & HOUSER, 2007). Seu território tem o maior potencial hidrelétrico mundial e reservas de carvão, petróleo, gás natural, mercúrio, ferro, entre outros. Em 2009, o país era o maior exportador do mundo e o segundo maior importador (WTO 2010a). Das exportações, 93,6% eram manufaturas, 3,4% produtos agrícolas e 2,9% combustíveis e minérios. As parcelas dos setores nas importações eram, respectivamente, 67,1%, 24,9% e 7,6% (WTO 2010b). A parcela de combustíveis e minérios nas importações chinesas cresce a uma taxa muito superior ao dos outros setores, por um lado, e a do mundo, por outro (BANCO MUNDIAL). A parcela chinesa sobre as importações totais no mundo em combustíveis e minérios em 2009 foi 10,7% e de produtos agrícolas 6,4%, sendo que nas importações totais a parcela da China foi 8,5% e 15,1% em manufaturas. Sua importância na oferta de energia primária vem crescendo muito em comparação aos tempos anteriores às reformas de Deng Xiaoping, passando de 7,0% em 1973 para 17,4% em 2009 (OCDE). A base energética chinesa concentra-se no carvão, do qual a China é o maior produtor mundial (quase a metade do total). A produção de carvão destina-se principalmente ao mercado interno, mas não é suficiente, pois a China é também o segundo maior importador líquido do produto (IEA, 2010 – dados para 2009). O crescimento da participação do petróleo na matriz energética tem sido extraordinário nos últimos anos, sendo que a China é o terceiro maior importador líquido de petróleo cru e o quinto maior produtor (IEA, 2010). Em 2008, segundo essa mesma fonte, o país importou 58% do seu consumo de petróleo, o que o elevou a posição de terceiro maior importador mundial (depois dos EUA e do Japão). A estimativa é que nos próximos anos o país importe 2/3 de suas necessidades (IEA, 2010). Apesar de a China ser também o segundo maior produtor de óleo refinado, ocupa igualmente a primeira posição no ranking de importador líquido do produto (IEA, 2010). Ainda que o gás natural tenha uma posição menor em sua matriz energética, a China é hoje um grande centro produtor, tendo o sexto lugar no ranking mundial em 2009 (IEA, 2010). A importação do produto, por sua vez, não representa nem 10% do total produzido, de acordo com a CIA (2010). O consumo chinês de alumínio, cobre, níquel, zinco, minério de ferro é o maior do mundo e vem crescendo a taxas muito elevadas mesmo em relação ao crescimento global do PIB. Ressalta-se que a dependência das importações é particularmente grande para o cobre e o minério de ferro. Na agricultura, embora a

suficiência alimentar exista para os principais grãos (trigo, arroz e milho) a dependência é elevada da soja.

Como se vê, a China passou de uma posição de autossuficiência em energia, alimentos e grande parte das matérias-primas para uma de grande importadora de combustíveis e alimentos. Por razões estratégicas e de custos, o país vem preferindo alimentar o comércio de matérias-primas com as regiões periféricas, estreitando laços políticos e abrindo mercado para suas exportações. As transformações no consumo e na produção de matérias-primas decorreram também tanto dos investimentos na indústria pesada associados ao processo de urbanização quanto da mudança dos padrões de consumo, principalmente de transportes e alimentação.

Historicamente, apenas os EUA, com seu vasto território e agricultura de alta produtividade, e parcialmente a Rússia com uma agricultura muito mais atrasada puderam obter, pelo menos até a segunda guerra mundial, no seu espaço nacional integrado pelas ferrovias, a maior parte das matérias-primas requeridas pela indústria (WRIGHT & CZELUSTA, 2003, p. 184). Já no pós-guerra, a principal transformação na base geográfica da indústria americana foi o suprimento externo do petróleo, em particular oriundo do oriente médio levando a ampla internacionalização de investimentos e ação política do estado americano voltada a explorar e controlar o acesso aos novos centros de produção para o seu mercado e a dos países aliados (O'HEARN, 2004).

Além de assemelharem-se por terem vastos territórios, a realidade chinesa atual, com sua baixa densidade de terras por habitante, assemelha-se aos EUA no que tange à abundância de recursos naturais, e à Inglaterra do século XIX e ao Japão do pós-guerra no que se refere à especialização produtiva, os dois últimos tendo que construir uma complexa rede de comércio através de amplos investimentos na construção naval, na infraestrutura de transporte, e nas relações diplomáticas e militares visando o acesso estável à fonte de matérias-primas. No caso da Inglaterra, sua hegemonia fundou-se tanto no poder militar – baseado na indústria naval – quanto no poder comercial e industrial, viabilizados pelo domínio direto ou indireto da maior parte do globo terrestre, o que lhe garantia acesso privilegiado a matérias-primas e mercados para suas manufaturas. Nos anos setenta, tanto os EUA, como o Japão e a Inglaterra, com uma estrutura bem mais avançada do que a China, deslocaram para outros países alguns setores da indústria pesada – como a siderúrgica –, achatando os custos associados à resolução dessa tensão estrutural entre a indústria e sua base de matérias-primas.

Devido ao seu atual estágio produtivo – a despeito de sua grande produção industrial em termos per capita – a China ainda é um país semi-industrializado (MEDEIROS, *opus cit.*), em que uma elevada parcela da população ainda se encontra no mundo rural, mas com bruscas migrações para as cidades, o que tem provocado crescente demanda por matéria-prima e alimentos, mobilizando uma vasta rede de fornecedores espalhados pelo mundo, e guiando os investimentos externos chineses, bem como redefinindo sua estratégia diplomática e militar. De fato, a China vem realizando grandes investimentos de infraestrutura em portos e transportes necessários à redução dos custos das matérias-primas, além de seguir a estratégia japonesa de construir novas siderúrgicas próximas aos portos para manter e aumentar a competitividade industrial por meio do fornecimento doméstico com baixos custos (BUNKER & CICCANTELL, 2004).

De acordo com relatório do Deutsche Bank (2006), baseado nos dados da UNCTAD, as maiores empresas multinacionais chinesas, segundo o estoque de ativos no exterior, eram do segmento de recursos naturais (*China Ocean Shipping, China National Petroleum Corporation, China State Construction Engineering Corporation, China National Offshore Oil Corporation, China Minmetals Corporation*). Os principais países fornecedores de recursos naturais para a China são a Austrália, Arábia Saudita, Angola, Rússia e Brasil em 2008. Em relação ao petróleo, seus maiores supridores encontram-se no Oriente Médio, África (especialmente Angola, Sudão, África do Sul), Rússia, Cazaquistão e Venezuela. A presença da China na África (ajuda, comércio e investimento) tem alterado a geopolítica do continente envolvendo um amplo conjunto de iniciativas diplomáticas, acordos comerciais – em geral de livre comércio – e substancial elevação dos investimentos (TAYLOR, 2009; TULL, 2006).

Na América Latina, além do petróleo venezuelano, a China tem se tornado o maior importador de minérios, principalmente do cobre chileno e peruano, do minério de ferro brasileiro e de produtos agrícolas, destacando a soja brasileira e argentina (FERCHEN, 2011). Na última década, o volume de comércio entre a China e o continente cresceu a taxa muito superior às do continente com os EUA, União Europeia e com a própria América Latina, em grande medida devido aos acordos de livre comércio. Grandes projetos de investimento em ferrovias e portos estão em andamento em diversos países latinos (voltados a reduzir os custos de transporte dos seus minérios para a China, ressalta-se). Em 2004, mais de 50% do investimento direto estrangeiro chinês (IED) destinaram-se para a América Latina, e 30% para a Ásia (SKIRA, 2007).

Sobre a inovação industrial chinesa, esta pressupõe a obtenção de matérias-primas estratégicas, como as encontradas nas chamadas terras raras. A matéria-prima das novas tecnologias, novas armas e fontes alternativas de energia é constituída por alguns minérios estratégicos como o lítio, o cobalto e pelas terras raras, que, por sua vez, são formadas por um conjunto de 17 metais como, por exemplo, neodímio (que é usado nos iPods), o lantânio, o cerium e o praseodímio (presentes nas baterias dos carros elétricos e nos geradores de turbinas a vento), o ítrio (usado nas fibras óticas e lâmpadas fluorescentes), o samarium-cobalto (usado no sistema de navegação das armas contemporâneas mais sofisticadas, capaz de suportar temperaturas mais altas e passível de utilização militar). Em particular, as tecnologias em energia limpa requerem magnetos permanentes (pois produzem um campo magnético estável sem o uso de uma fonte externa de energia) cuja base é o neodímio, praseodímio e o disprósio.

A despeito do nome, as terras raras são abundantes na superfície da terra, mas não se encontram fisicamente concentradas, o que torna sua extração econômica cara e complexa. Além do mais, por serem oriundos da mesma fonte mineral, não é possível uma extração e produção individualizada dos minérios, todos sendo coprodutos de uma produção conjunta. As principais reservas mundiais encontram-se na China (que detém 37% das terras), EUA, Austrália, África do Sul (até 1949, Brasil e Índia eram os maiores produtores). Hoje, a oferta mundial desses metais é praticamente monopolizada pela China, que detém 97% do mercado internacional (ressalta-se que se trata de uma matéria-prima estratégica e não de um grande mercado economicamente substantivo). Essa extraordinária concentração se afirmou nos anos noventa quando a China entrou com uma grande oferta no mercado internacional, derrubando os preços e levando ao fechamento de diversas fábricas no ocidente, inclusive na Califórnia, que dominou o mercado mundial até os anos oitenta. Deng Xiaoping, vislumbrando que o controle sobre metais raros daria à China uma extraordinária vantagem competitiva, teve como objetivo dominar o *downstream* da indústria eletrônica e de energia alternativa, estratégia que estava contida no possivelmente mais importante programa tecnológico chinês, o Programa 863, cuja ideia fundamental era realizar decidido avanço em diversas áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), cobrindo-se um vasto programa desde a biotecnologia até a pesquisa espacial. Em 2001, devido à crescente dependência do petróleo e também a enorme degradação ambiental provocada pela produção e consumo de carvão, a energia alternativa passou a fazer parte das prioridades do programa científico. Efetivamente, a China queima mais carvão do que os EUA, a Europa e o Japão combinados, e transformou-se hoje no maior emissor mundial de gases de efeito estufa e, assim, tornou-se também o maior alvo

de críticas de organizações e governos de todo o mundo. De acordo com o IEA (2010), a China era responsável por 22,3% das emissões mundiais de gás carbônico em 2008, enquanto em 1973 era 5.7%. Por conseguinte, a utilização de turbina a vento, uma das prioridades a partir de 2006, cresce a taxas espetaculares nos últimos anos, fazendo da China o segundo país em termos de capacidade instalada de energia a vento. Também priorizando painéis solares, o país afirma-se hoje o maior produtor mundial de células solares (ROMM, 2010). A aposta no carro elétrico, considerado o produto da indústria estratégica no 12º Plano Quinquenal de Desenvolvimento de 2006, traduziu-se em intensa política industrial e grande concorrência com os japoneses, líderes até o final dos anos noventa da fabricação de baterias e ferro-lítio, promissoras células de luz para serem usadas no carro elétrico. Com a expansão do consumo interno, o governo mudou sua estratégia de comercialização, aumentando os impostos sobre as exportações, instituindo quotas de exportação e iniciando a formação de estoques estratégicos, o que terminou por reduzir substancialmente a produção exportada (menos 40% em relação a 2010) de metais raros, levando a uma forte elevação no seu preço internacional. Tal política que vem afetando sobretudo o Japão, que é praticamente abastecido pelas exportações chinesas – e a estratégia de inovação recente da Toyota sobre carros híbridos depende desses metais. Com efeito, há atualmente uma crescente pressão junto à OMC para que a China elimine as quotas de exportação de terras raras. Com os novos preços, os investimentos fora da China (principalmente Austrália e EUA) tornaram-se mais custosos, o que se tornou objeto de preocupação dos EUA, pois a vantagem chinesa resulta não apenas dos baixos custos, amplas reservas e sua maior tolerância à poluição e baixos salários, mas das novas técnicas de refino ali desenvolvidas. Segundo o Departamento de Energia dos EUA (USDE, 2010), há riscos de abastecimento principalmente de disprósio, neodímio, térbio, európio e ítrio. Assegurado o controle das matérias-primas básicas, a estratégia chinesa é de se afirmar como o maior produtor mundial de um automóvel puramente elétrico. Aliás, o país já introduziu no mercado centenas de milhões de bicicletas elétricas, o primeiro veículo elétrico de mercado.

3- O modelo chinês como um caso à parte: o 12º Plano Quinquenal

O 12º Plano Quinquenal chinês (2011-2015) é um mecanismo de planejamento estatal de inspiração soviética, adaptado durante a era de Mao Zedong e mantido por Deng Xiaoping. Trata-se de um indicador importante das metas e prioridades do governo chinês,

permanecendo um instrumento essencial de divulgação de um regime essencialmente fechado (ABDENUR, 2011). O Partido Comunista ainda controla a economia chinesa de forma formidável e tem à sua disposição uma capacidade enorme de mobilizar recursos para atingir seus objetivos políticos e socioeconômicos (NAUGHTON, 2010). O plano atual apresenta mudanças significativas em relação aos planos anteriores, tanto no conteúdo quanto no tom no qual foi divulgado, apontando novas direções que a análise das relações Brasil-China deve acompanhar.

Objetivou-se, de forma geral, com a elaboração do 12º Plano Quinquenal, promover o consumo doméstico e a inovação tecnológica por meio de um modelo de crescimento mais socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e baseado mais firmemente na economia do conhecimento, com redistribuição de renda e bem-estar social, incentivos ao consumo, eficiência industrial e conservação de recursos naturais, avanços tecnológicos por meio da pesquisa e ciência, urbanização e migração e redução da taxa de crescimento de 7,5 (no plano anterior) para 7% a.a., apesar dos crescimentos reais terem sido bem maiores, entre 9.2 e 14.2% a.a., o que indica o fim da obsessão cega com o crescimento do PIB.

Para continuidade da geração de empregos em número suficiente, mesmo com o objetivo de desaceleração da taxa de crescimento do PIB, adotaram-se três mecanismos, quais sejam, geração de novas fontes de empregos no setor de serviços, uma vez que a indústria já não gera emprego em número suficiente para absorver o crescimento na oferta de mão de obra, aumento dos salários por meio de um programa de urbanização agressivo que deverá aumentar a migração rural-urbana, fortalecimento dos sistemas de previdência e saúde públicas. Percebe-se que a China está se empenhando em transformar a sua economia de um modelo que tem sido impulsionado pelo mercado externo para outro, alimentado pelo consumo doméstico.

Há alguns pontos negativos do Plano que podem ser elencados. Em primeiro lugar, a tendência ao desequilíbrio da economia, em função de as grandes empresas estatais acumularem poupanças enormes em vez de repassar parte dos ganhos para que o estado gaste mais com políticas sociais. Dessa forma, o crescimento da renda per capita não acompanha o crescimento do PIB. Podemos citar ainda a imaturidade dos mercados de capital, dominados pelo Estado, o que faz com que a alocação de capital seja ineficaz. O Plano também não prevê a flexibilização do sistema de registro de residência hereditário *hukou*, que dá ao governo enorme controle sobre a movimentação de sua população dentro de seu território. Apesar de ter sido amenizado nos últimos anos, o sistema continua a restringir a liberdade de grande parte dos chineses para decidir onde querem viver, especialmente os pobres e

camponeses. Além de distorcer o mercado de trabalho, o *hukou* prejudica o desenvolvimento do consumo interno, já que boa parte da população se vê forçada a poupar para lidar com emergências. Uma liberalização do *hukou* permitiria aos imigrantes vindos de zonas rurais se estabelecerem de forma mais permanente nas cidades, desfrutando dos mesmos direitos concedidos aos chineses que nasceram nas áreas urbanas, o que ajudaria a desenvolver o consumo interno (ABDENUR, *opus cit.*).

Se a China de fato passar a incentivar o consumo doméstico como fonte de crescimento, a pauta de importações poderá sofrer alterações relevantes. À medida que o poder de compra das famílias chinesas aumentar, haverá novas e maiores demandas por produtos de consumo de maior valor agregado. Do ponto de vista do Brasil, isso abriria certas oportunidades de investimento e exportação em mercados de nicho, mas, com a atual concentração na exportação de matéria-prima, o Brasil pode vir a perder grandes oportunidades se não se preparar para diversificar a pauta de exportações. Mesmo assim, o Brasil terá que enfrentar concorrência de países industrializados, que já se especializam em produtos de médio ou alto valor agregado, isso sem contar a concorrência de outros países emergentes. É o caso da Índia, por exemplo, na área de software, com a Infosys, que já tem escritórios em Pequim, Shanghai, Hangzhou e Hong Kong, além de os grupos Tata e Wipro. Entre os setores industriais que deverão crescer (e que podem interessar ao Brasil) estão energia (nuclear, solar, eólica e, possivelmente, de biocombustíveis), tecnologias ambientais, novos materiais existentes em terras raras e softwares. No entanto, sem um aumento no investimento brasileiro em educação e pesquisa em longo prazo, dificilmente o Brasil conseguirá aproveitar tais oportunidades, que demandam tecnologia de ponta e mão de obra especializada.

Na China, já se investe em educação, com criação de centros de excelência internacional como a Universidade Tsinghua e Renmim. Atenta-se para os mecanismos de estímulo a P&D nas diversas fases de desenvolvimento, que vão desde o incentivo a importação de tecnologias de ponta, a liberalização do comércio e introdução de tarifa zero para tecnologias informáticas, até a política de estímulo à aplicação local de patentes estrangeiras. Hoje a China figura como um dos países mais importantes em aplicações de patentes de inovação, uso de computação, de internet e banda larga (HU ANGANG, 2007). Como demonstram Breznitz, Murphree e Zysman (2011), a China organizou-se para se beneficiar do processo de fragmentação ou modulização da produção informática e por sua vez terminou influenciando o processo de produção e de globalização informática. A China hoje é o epicentro da rede de produção global de quase todos os setores industriais. De acordo

com David Shambaugh (2009), é a descentralização e o constante ajuste à economia de mercado que explicam o *modus operandi* do sucesso chinês. Mais do que oportunidade histórica (a de se aliar à URSS durante a Guerra Fria), o que vemos no caso chinês é a sagacidade política de aproveitar a geopolítica em prol de seu desenvolvimento e a capacidade de retomar a uma posição de liderança regional que respalda suas opções globais. Se na década de 80 a China assume a liderança regional que havia perdido para o Japão desde a guerra civil, fator fundamental para o processo de abertura e reforma dos anos 90, a China de hoje é a etapa final de uma cadeia produtiva envolvendo os países vizinhos e circuitos globais; ela importa, mais do que exporta, dos seus vizinhos (Coreia, Taiwan, Malásia, Tailândia e Japão) e exporta para os EUA, União Europeia e Hong Kong.

Zheng Bijian, assessor de Hu Jintao, defende a tese de que a ascensão global da China é essencialmente pacífica e se distingue dos processos de ascensão bélica de países outrora emergentes como Japão e Alemanha. A China, graças à globalização e à interdependência complexa, pode obter tecnologia e mercados em paz, e, assim, não existe nenhuma incompatibilidade entre geopolítica e interesse nacional. Essa a tese de Ikenberry (2008), para o qual, diferentemente do que afirmam os realistas (que defendem que a ascensão chinesa constitui uma ameaça à paz e à segurança internacionais), não existe uma relação de causa e efeito necessária entre a conquista chinesa por novos espaços de influência e um conflito leste-oeste, notadamente entre China e EUA. Na verdade, a posição global estadunidense pode estar em vias de enfraquecimento, mas o sistema legado do pós-guerra pode continuar a vigorar no século XXI dado o seu caráter inclusivo e interdependente. A China, para o autor, se vê em uma ordem internacional assaz diferente daquela do século XIX e início do século XX (vide caso alemão), com o recrudescimento do imperialismo, com sua busca por territórios colonizáveis e com a corrida armamentista. A revolução nuclear tornou inviável um confronto direto entre grandes potências, dada a iminente possibilidade de destruição total que uma guerra nuclear poderia causar. O sistema atual é integrativo e baseado em regras mais explícitas, consagradas em convenções internacionais, com mais abrangente e profundas instituições políticas. Isso significa que o sistema atual é difícil de ser superado e fácil de se fazer parte. Trata-se de um sistema que trouxe consigo o valor da cooperação, da democracia e da integração comercial. Um elemento que comprova o caráter integrativo do pós 1945, continua Ikenberry, está no fato de o próprio Roosevelt prefigurar a entrada da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além do mais, os EUA tem usado o sistema de regras e instituições que construiu segundo princípios de cooperação. Tanto é assim que a Alemanha ocidental foi integrada à Comunidade do Carvão e do Aço Europeia, futura

Comunidade Europeia, bem como ao Pacto de Segurança do Atlântico, o Japão se aproximou dos EUA através de parcerias de expansão econômica e a Reunião de Bretton Woods de 1944 estipulou regras multilaterais para o comércio internacional, das quais a China se beneficia. Isso sem contar que, no final da Guerra Fria, com a derrocada da União Soviética, o sistema ocidental proveu à Rússia amplo acesso à cooperação internacional.

No entanto, o foco de determinadas políticas públicas (dos EUA, principalmente) na luta contra o terrorismo é uma ressalva a esse dito sistema de regras e instituições baseadas na lei, dando margens para ações unilaterais e imprevisíveis, notadamente na área da defesa de garantias fundamentais do indivíduo. Veremos também nesse trabalho que há indícios fortes de que o estado chinês tem buscado promover ações comerciais não simbióticas, mas pautadas em verdadeiro sistema neocolonialista de exploração. O ponto a saber é se tais relações comerciais desfavoráveis impostas a países da África e da América Latina se devem a ações efetivas do governo chinês ou às próprias estruturas das economias dos países africanos e latino americanos, que, já baseadas na exportação de commodities, tendem naturalmente ao subdesenvolvimento.

II – AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E CHINA

1- Elementos de aproximação e diferenciação nas relações Brasil-China

Francisco de Holanda (2011) nos oferece algumas pistas sobre os elementos de aproximação e diferenciação nas relações Brasil-China. Observaremos que são muitos os pontos de aproximação, principalmente se levarmos em conta o ideal de inclusão social embutido na concepção de governo de ambos os países. O que ressalta como ponto conflitante entre os dois sistemas reside basicamente na composição da pauta exportadora e no grau de transparência dos regimes políticos.

Muitas metas do XII Plano Quinquenal chinês poderiam ter sido emanadas pelo governo brasileiro, como a própria presidente Dilma reconheceu, na audiência com o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, durante a Visita de Estado de abril de 2011. Trata-se de metas de inclusão social, aumento dos gastos com educação e dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, universalização da previdência social, reaparelhamento de indústrias tradicionais, juntamente com o desenvolvimento de indústrias estratégicas emergentes (como biotecnologia e nanotecnologia), adoção de paradigmas tecnológicos da economia verde, por meio da redução da intensidade energética e ampliação da participação das energias renováveis no processo produtivo, valorização da solidez institucional dos respectivos sistemas políticos, estabilização macroeconômica alcançada pelos dois países, estratégias comuns de abertura aos fluxos externos de comércio e investimentos, busca de padrões competitivos de inserção na economia internacional, ênfase à produção de conhecimento, importância ao multilateralismo no campo econômico-comercial, processo de internacionalização por que passam ambas as economias, apesar de em graus distintos, substituição do G-8 pelo G-20 como principal foro econômico mundial, busca de fontes renováveis de energia e estímulo à economia verde e paralelismo nas curvas demográficas de Brasil e China, com aceleração do envelhecimento da população, o que repercute nas políticas previdenciárias de ambos os países.

Dentre os elementos de diferenciação de ambas as políticas, podemos citar a composição das pautas exportadoras. De fato, a parcela das commodities nas vendas brasileiras para a China equivale hoje a mais de 80% do total, enquanto as exportações chinesas de manufaturados para o Brasil respondem por mais de 97,5% do total. Esse padrão é replicado em praticamente todas as pautas exportadoras do Brasil para os maiores mercados

asiáticos, à exceção da Índia, onde a parcela de manufaturados exportados pelo Brasil é relativamente maior (50%). O que difere ainda Brasil de China, segundo Holanda (*opus cit.*), é a transparência (sic) e morosidade nos atos governamentais do Brasil, contraponto da celeridade, mas ausência de democracia nos atos governamentais chineses. Um terceiro elemento de diferenciação entre ambos os países seria a ausência de conflitos fronteiriços no Brasil, o contrário do que se passa na China, dadas as dificuldades enfrentadas pelo país nas regiões do Tibet e Xinjiang, nas quais ressaltam as questões separatistas e de minorias. Observam-se também conflitos com o Japão no Mar do Leste, bem como suscetibilidades nas relações com a Índia, devido aos conflitos dos anos 60. À despeito desses desentendimentos regionais, as relações econômicas da China com seus vizinhos são frutíferas, diferentemente do que acontece com o Brasil com a sua vizinhança. Pode-se citar como exemplo de sucesso comercial chinês com os países fronteiriços a sua política de assinatura de acordos de livre comércio com países vizinhos, como o acordo celebrado com os países da ASEAN, importante catalizador para o processo de integração das cadeias produtivas, a Organização de Cooperação de Xangai e, além disso, os esforços em consolidar as relações bilaterais com o Afeganistão. Sobre a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, outro ponto de diferenciação entre os dois países, enquanto a China, membro permanente que é, mantém postura conservadora em relação aos mecanismos de governança política mundial, o Brasil luta por um espaço de reconhecimento no organismo.

Ressalta Holanda (*opus cit.*) que, apesar da assimetria entre o valor agregado dos produtos exportadores dos dois países, há muitos benefícios para o Brasil em suas relações com a China. Mencionam-se fortalecimento das contas externas nacionais, o que reforça a solidez da economia às turbulências internacionais, o aumento da nossa atratividade aos investimentos externos, o que ajuda a custear as políticas domésticas de inclusão social e o fortalecimento da presença brasileira nos BRICS, sem contar o ganho de papel relevante no seio do G-20. Argumenta Holanda que, dentre os desafios para o Brasil, não se prefigura seu distanciamento da China, mas sim a tentativa brasileira de diversificação e aumento do valor agregado da pauta de exportação, produção mútua de conhecimento com a China, notadamente em segmentos de alta tecnologia e a superação dos gargalos brasileiros em infraestrutura.

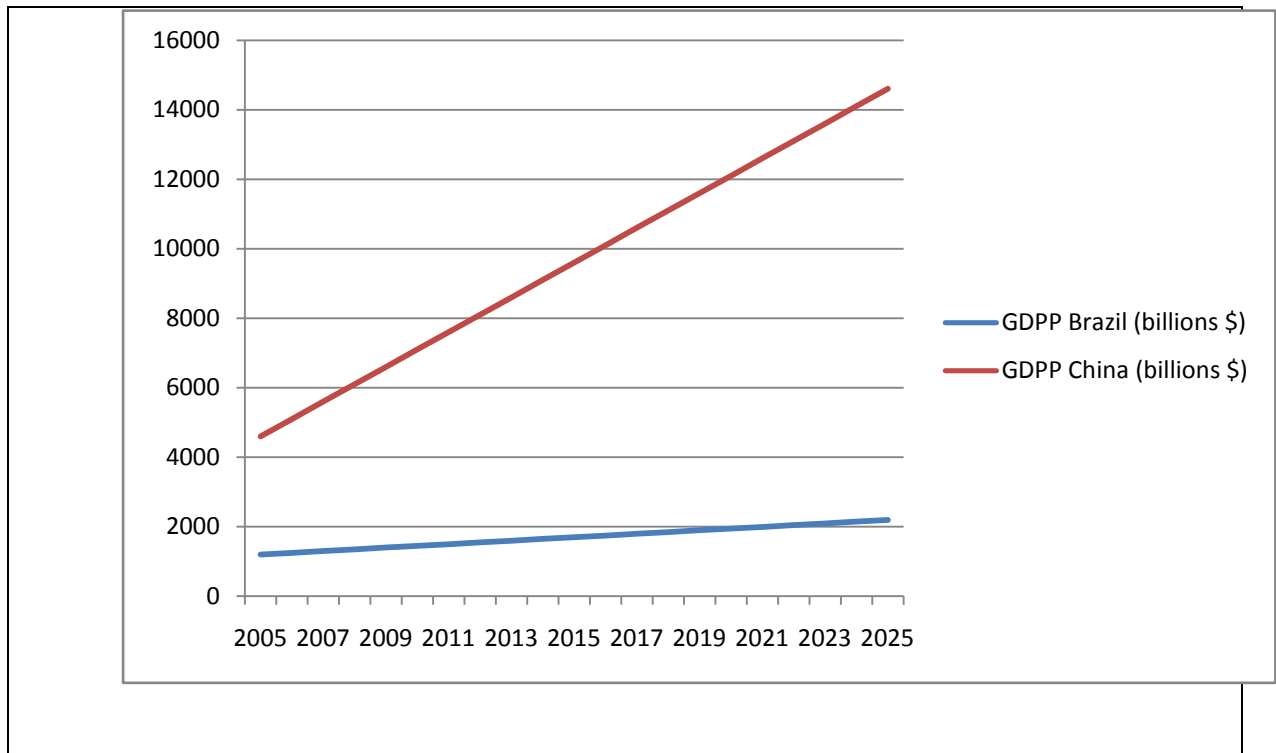
Sennes e Barbosa (2011) confirmam a avaliação de Holanda (*opus cit.*) no tocante ao fato de a China representar quase a antípoda brasileira no setor de exportação. Efetivamente, a China transformou-se em uma nação com forte e competitiva base industrial, ao ponto de ter nos EUA e na União Europeia mais de 60% das suas exportações industriais. Sua base

produtiva está concentrada nos ramos de média e alta tecnologia. A combinação de abertura paulatina do comércio e da conta capital, com bancos públicos assegurando uma taxa de investimento elevada, permitiu à China definir as suas taxas de juros e de câmbio de modo a permitir uma conquista de mão dupla dos mercados interno e externo. No caso do setor de exportação brasileiro, ele está concentrado em produtos de baixo valor agregado. No entanto, observa-se leve tendência, nos últimos anos (a partir de 2009) a um incremento de produtos que impliquem uma tecnologia mais elaborada na pauta de exportação, muito em função da valorização do câmbio, que é negativa para setores de exportações de média e baixa intensidade tecnológica. Mesmo assim, o setor de *commodities* foi pouco afetado, pois a alta do preço dos produtos no mercado internacional compensou a sua menor procura em função do câmbio elevado. Em suma, o comércio externo cresce, mas com superávit cada vez menor (dado o aumento das importações) e composto principalmente por *commodities*.

Diferentemente das outras economias que passaram por processos de desindustrialização, ou que não avançaram nas fases mais complexas do processo de substituição de importações, como Chile e o Peru, nos casos de Argentina, Brasil e México a ascensão da China tende a trazer ajustamentos estruturais mais traumáticos. As relações comerciais do Brasil com o mundo têm sido crescentemente moldadas pelo padrão bilateral de comércio mantido com a China. Jenkins, Dussel Peters e Moreira (2008) apontam como o Brasil vem sendo deslocado no mercado mundial pelo país asiático em setores como aço, calçados e eletrônicos. No mercado interno, a pressão competitiva chinesa tem se mostrado cada vez mais relevante. Mais de 80% das vendas externas do Brasil para a China são agrupados em bens primários e semimanufaturados. Graças à importação de bens intermediários e de capital, num contexto de aceleração do crescimento econômico, o saldo comercial industrial do Brasil com o mundo despencou já a partir de 2006. No caso do comércio com a China, em todas as categorias de produtos da indústria de transformação, o Brasil possui déficit.

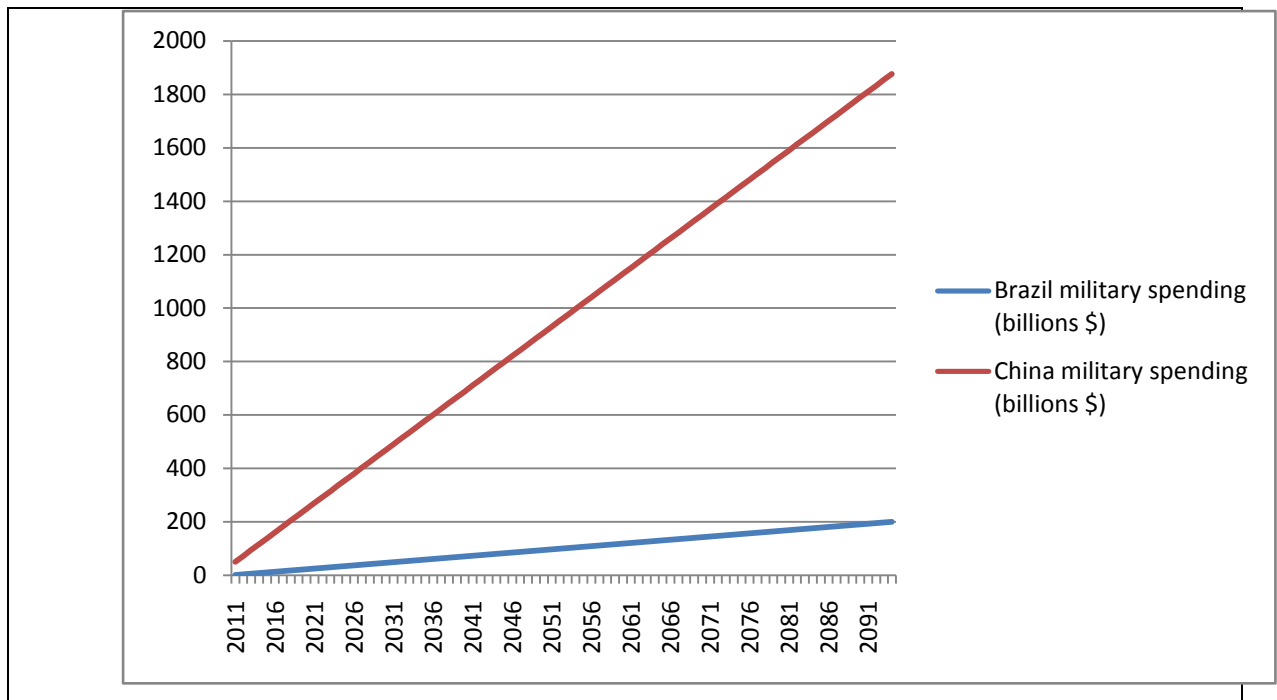
Quanto aos investimentos chineses no Brasil, a cobertura da imprensa parece ser exagerada, uma vez que boa parte das inversões se refere à compra de participação acionária, sendo que em 2010, apenas UX\$ 1,5 bilhão se refere a capitais novos (CEBC, 2011). O padrão de investimento espelha o padrão de exportações do Brasil (minério, petróleo e infraestrutura). Apontam Sennes e Barbosa (*opus cit.*), a mudança do perfil das relações econômicas parece depender menos da diplomacia do que da reconfiguração produtiva da indústria brasileira, com maior coerência entre políticas macroeconômicas, industriais e tecnológicas.

O crescimento da China deverá se manter a taxas bem superiores às do Brasil, segundo projeções baseadas no *The International Futures (IFs) modeling system, version 2011*, desenvolvidas por Barry B. Hughes e baseadas em *Frederick S. Pardee Center for International Futures, Josef Korbel School of International Studies*, da Universidade de Denver (apud *ibid.*, p. 129).



Tal desempenho alterará de forma significativa o lugar da China no sistema econômico internacional, assim como sua capacidade de barganha frente aos demais países e fóruns internacionais. O Diferencial entre China e Brasil, até 2050, deverá crescer no que toca à intensidade da produção e uso de tecnologias do conhecimento. Entretanto, apesar do ganho chinês em tecnologia, isso não significará alteração da posição relativa do país na dinâmica do aquecimento global no médio prazo.

De acordo ainda com projeções do IFs, os gastos militares chineses crescerão a taxas superiores às do Brasil:



De fato, os contextos geopolíticos e militares do sudeste asiático e sul-americanos são substancialmente distintos e certamente geram diferentes incentivos para a definição de estratégia de defesa muito diferenciada.

2- Da assimetria das relações bilaterais entre Brasil e China: indícios de neocolonialismo?

Na concepção de Jorge Arbache (2011), a parceria com a China se assemelha ao “canto da sereia” da Odisseia de Homero – sedutora e irresistível, mas traz riscos não negligenciáveis. A relação bilateral entre ambos os países é atualmente assimétrica e benéfica para o Brasil só no curto prazo, pois incentiva e encoraja uma crescente dependência da economia brasileira à economia chinesa no longo prazo. Trata-se mais de uma relação do tipo Norte-Sul do que de um sistema de cooperação Sul-Sul as relações bilaterais entre Brasil e China (VADELL, 2013), apesar das características comuns entre ambos, pois os dois países vêm crescendo a taxas médias elevadas e ambos têm territórios extensos e ricos em recursos naturais, algumas das maiores populações do planeta, liderança regional e crescente protagonismo na governança e economia globais. Além do mais, os dois países possuem os

mesmos desafios como a pobreza, a desigualdade da distribuição da renda, as disparidades regionais e os problemas demográficos.

Digno de nota nos últimos anos são o recrudescimento e intensificação do comércio entre Brasil e China. Se na década de 1980 a corrente de comércio bilateral entre Brasil e China foi de US\$ 0,76 bilhão, em 2010 alcançou a cifra de US\$ 56,8 bilhões, um crescimento extraordinário que levou a China ao posto de principal parceiro comercial do Brasil. Em 1989, o comércio bilateral representava apenas 1,5% da corrente de comércio brasileira, porcentual que chegou a quase 15% em 2010. A China se tornou de longe o maior importador do Brasil, com US\$ 30,7 bilhões em 2010, bem à frente do segundo colocado, os EUA, com US\$ 19,4 bilhões. Os investimentos chineses no Brasil também cresceram rapidamente. Entre 1990 e 2009, o investimento estrangeiro direto (IED) acumulado da China no Brasil foi de US\$ 250 milhões, e, entre 2007 e 2009, observou-se tendência de aumento dos investimentos, com US\$ 24,3 milhões em 2007, US\$ 38,4 em 2008 e US\$ 82,0 em 2009 (ARBACHE, *opus cit.*). Em 2010, contudo, o IED chinês deu impressionante salto e alcançou US\$ 13,7 bilhões, o que representou 28% de todo o IED no Brasil naquele ano. O IED brasileiro na China é, por outro lado, ainda pouco expressivo. Segundo o Banco Central, em 2010 o estoque de IED brasileiro na China era de US\$ 85,3 milhões.

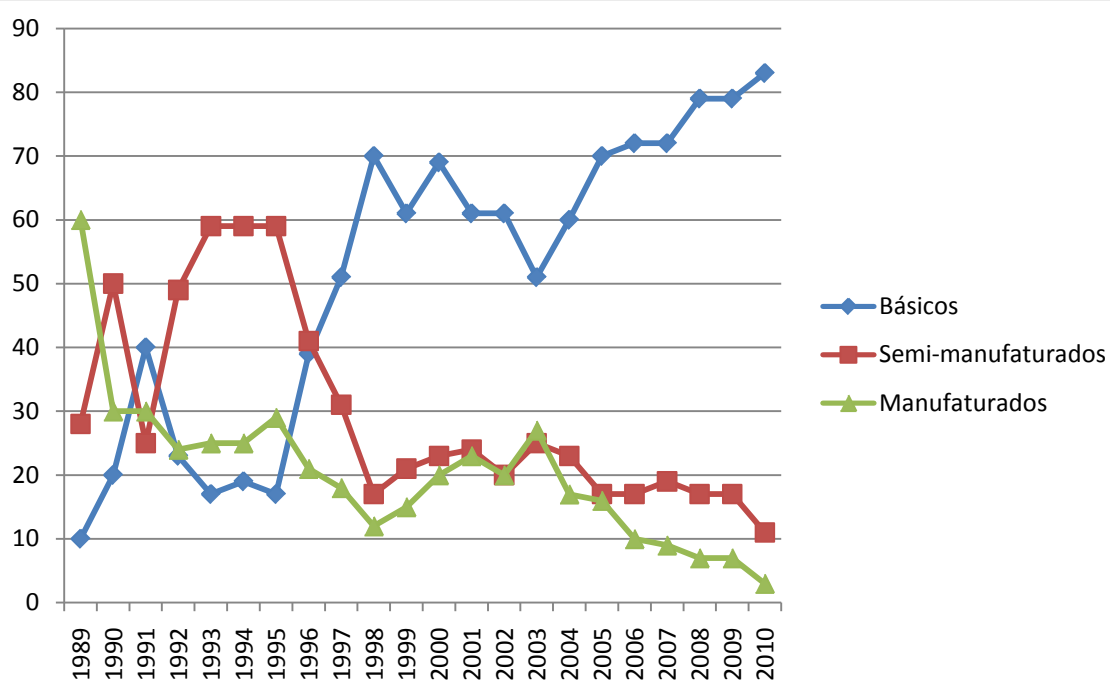
Se não bastasse essa intensificação do comércio entre Brasil e China, as oportunidades de aprofundamento das relações econômicas entre os dois países ainda são imensas. Do lado das oportunidades do Brasil na China, o 12º Plano Quinquenal, a crescente migração do campo para as cidades, a incorporação de centenas de milhões de pessoas à economia moderna e o aumento do consumo das famílias, associado às políticas públicas e ao crescimento da renda per capita, influenciarão substancialmente a demanda chinesa por alimentos, recursos minerais e energia. O crescente protagonismo da China nos investimentos estrangeiros diretos na economia internacional e a intensificação do processo de internacionalização das empresas estatais chinesas, que buscam ampliar as fontes de suprimentos de alimentos, energia e recursos minerais, bem como fortalecer e diversificar as fontes de suprimentos de insumos básicos para a produção industrial, deverão atrair investimentos chineses no Brasil. Com enormes reservas de recursos naturais, vastas extensões de terras agriculturáveis, abundância de água, estabilidade política e mercado interno em expansão, o Brasil se posiciona favoravelmente como supridor de vários produtos básicos de energia requeridos em escala crescente pela China. Pelo lado das oportunidades da China no Brasil, os problemas crônicos e estruturais que tanto caracterizam a economia brasileira são uma imensa janela de oportunidades para a intensificação dos investimentos

chineses no país. Com uma baixa taxa de investimento em relação ao PIB, que entre 2000 e 2010 foi de apenas 17,4%, vê-se com bons olhos os crescentes investimentos da China, que, espera-se, contribuirão para aumentar as inversões em formação bruta de capital fixo e em infraestrutura. O aumento do comércio com entre os dois países tem contribuído para amenizar outro problema estrutural brasileiro, que são os elevados e persistentes déficits das contas correntes, que mantêm a economia permanentemente exposta a choques externos. Após alguns breves anos de saldo positivo em meados dos anos 2000, as contas externas voltaram a se deteriorar e, de acordo com projeções do FMI, o déficit das contas correntes deverá se situar na casa de -3,4% nos próximos anos. As relações econômicas com a China também contribuem para combater outra chaga brasileira, qual seja, a persistente pressão inflacionária. Apesar do sucesso do Plano Real, a inflação tem se mantido relativamente elevada, alcançando uma média de 6,8% entre 1995 e 2010. As crescentes importações de bens de consumo e bens intermediários da China têm contribuído para manter os preços de bens de consumo relativamente estáveis e até mesmo cadentes. A aquisição em massa de produtos chineses – de calçados e aparelhos de ar condicionado a automóveis de baixo preço – pode ser vista como um dos símbolos da nova classe média brasileira.

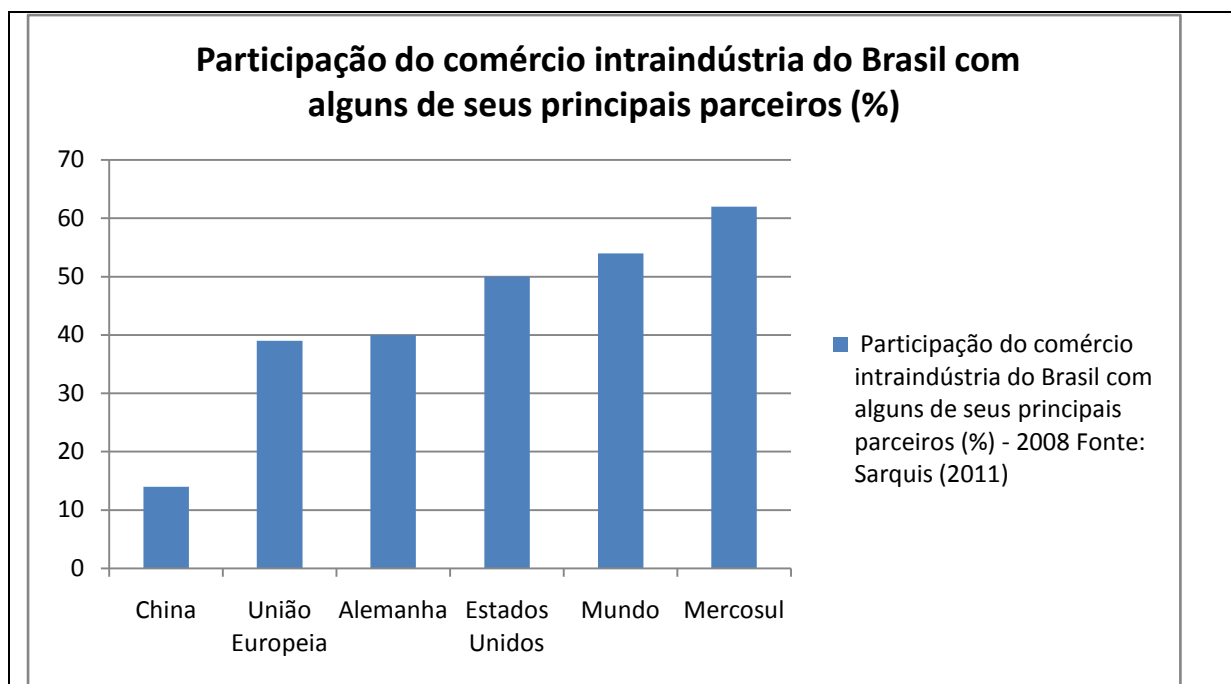
Os benefícios das relações bilaterais entre Brasil e China, como se vê, são muito atrativos, já que aumenta a lucratividade dos produtores de bens básicos e os retornos dos investimentos no setor, barateia os produtos importados, e é permitida à população em geral o acesso a viagens internacionais e ao consumo de bens e serviços antes restritos apenas às classes mais abastadas. Infelizmente, esses benefícios podem trazer consigo implicações adversas não negligenciáveis, pois a mudança dos termos de troca em favor de *commodities* por período relativamente longo estimula a produção e exportação de produtos básicos, desestimula a produção e exportação de produtos manufaturados e aumenta a exposição da economia a choques externos. Em 1989, os produtos básicos representavam 11,7% das exportações brasileiras para a China, mas, em 2010, eles já haviam saltado para 83,6%, e os produtos manufaturados que representavam 60,8% das exportações em 1989 passaram para 4,5% do total em 2010, e em 2011, minério de ferro e seus concentrados, sementes e oleaginosas e petróleo responderam por nada menos que 82% das exportações brasileiras à China:

Exportação brasileira para a China por fator agregado – (%) total das exportações

Fonte: MDIC

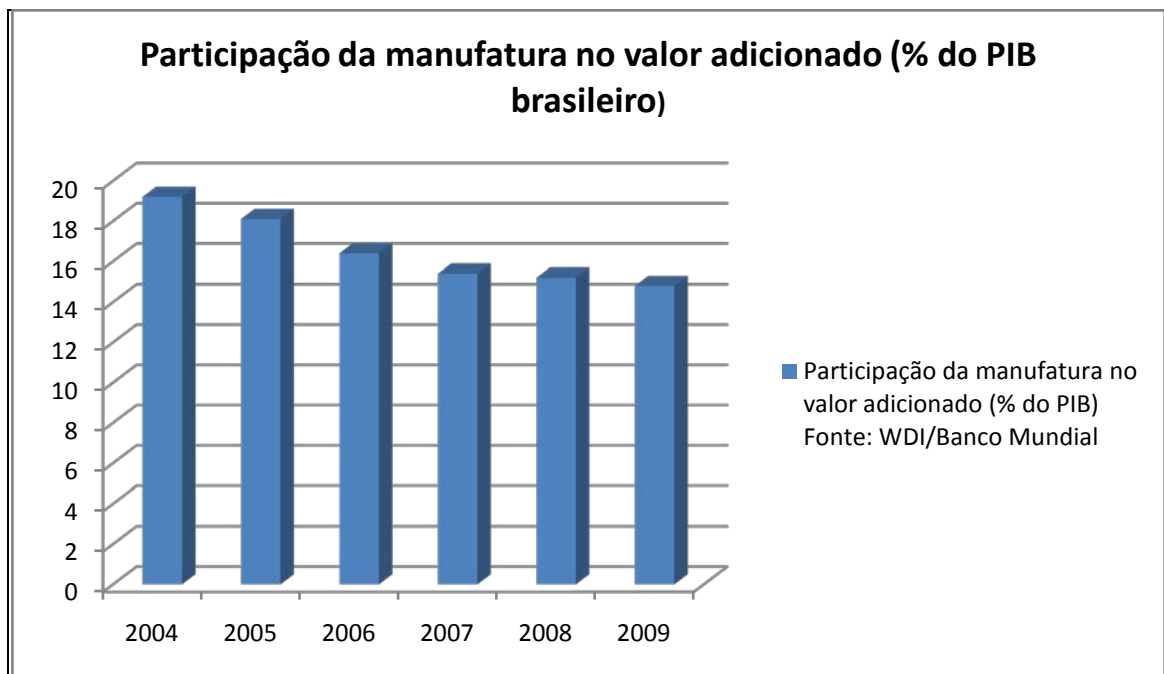


Efetivamente, o padrão de comércio Brasil-China é mais assimétrico que o padrão de comércio Brasil-Estados Unidos ou Brasil-União Européia (SARQUIS, 2011). Enquanto a participação do comércio intraindustrial no comércio bilateral foi de 50% com os Estados Unidos e 39% com a União Europeia, com a China foi de apenas 14%. Logo, o padrão de comércio Brasil-China segue um padrão “Norte-Sul” (VADELL, *opus cit.*) muito mais acentuado que aquele com os próprios países desenvolvidos:



Os elevados e crescentes investimentos diretos chineses no Brasil também contribuem para explicar a primarização da economia, já que os investimentos chineses se concentram em mineração, alimentos, petróleo, gás e na infraestrutura necessária para o escoamento dos produtos básicos (por exemplo, portos e ferrovias). Assim, 95% dos investimentos chineses no Brasil em 2010 foram direcionados a produtos básicos para exportação, sendo petróleo o grande destaque. Existem novos investimentos chineses já programados para os próximos três anos de US\$ 20,6 bilhões, sendo que, desse total, US\$ 4,3 bilhões serão destinados ao agronegócio e US\$ 15,4 bilhões aos setores de mineração e metalurgia (ACIOLY, PINTO & CINTRA, 2011). Além de se concentrarem em produtos agrícolas, minerais e energia, os investimentos chineses se dão basicamente na forma de aquisição de firmas, ao invés de investimentos em *greenfield* de que o país tanto necessita. De acordo com CEBC (2011), cerca de 70% dos investimentos chineses no Brasil em 2010 ocorreram na modalidade de fusões e aquisições. Embora a China tenha se tornado importante fonte de crédito externo para o Brasil, esses créditos são normalmente vinculados a projetos de produção, logística ou comercialização de produtos básicos. Em 2009, por exemplo, o *China Development Bank* (CDB) concedeu empréstimo de US\$ 10 bilhões à Petrobras, com a garantia de que o Brasil exportasse, durante dez anos, 200 mil barris de petróleo/dia. Trata-se de padrão de financiamento que mimetiza o padrão observado entre a China e os países africanos produtores de petróleo e recursos minerais (TULL, *opus cit.*; TAYLOR, *opus cit.*).

Os preços dos produtos básicos e semimanufaturados experimentaram elevado aumento na segunda metade da década de 2000. Como consequência, os produtos básicos e semimanufaturados, que representavam 43,5% da pauta das exportações em 2006, saltaram para 58,6% já em 2010. Os produtos manufaturados, por sua vez, passaram de 54,3% da pauta, em 2006, para 39,4% em 2010. A participação da indústria manufatureira no valor adicionado caiu significativamente ao longo da década passada, passando de 19,2% do PIB, em 2004, para 14,8% em 2009, sugerindo desindustrialização, já em um patamar bem abaixo dos padrões internacionais:





Contrariamente ao observado em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá e Alemanha, o processo de desindustrialização brasileiro não tem sido acompanhado do advento de um setor de serviços dinâmico e sofisticado. A produtividade do setor de serviços no Brasil não apenas é baixa, mas vem caindo monotonicamente desde 1980.

Arbache (2011a) se questiona sobre uma possível explicação para a aparente insensibilidade do público em geral para o assunto da desindustrialização e da crescente presença chinesa na economia brasileira, e conclui que isso se dá pelo superaquecimento do mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu rapidamente ao longo da década de 2000 e o rendimento médio real dos empregados no setor privado teve aumento real de 18,9% entre 2003 e 2010 (IBGE). Em vista dessa situação tão favorável do mercado de trabalho, é compreensível que as pessoas não associem desindustrialização e presença chinesa como algo negativo. Entretanto, o aquecimento do mercado de trabalho resulta não só do aquecimento da economia, mas também da queda substancial da taxa de crescimento da população em idade ativa, especialmente na década de 2000 (*Idem*, 2011b).

Uma decorrência natural das transformações observadas na estrutura produtiva é a mudança no padrão de comércio em favor do comércio interindustrial, em detrimento do comércio intraindustrial (SARQUIS, 2011). Não obstante, a literatura empírica de comércio internacional mostra que a predominância do comércio interindustrial é característica das

economias em desenvolvimento, enquanto que a predominância do comércio intraindustrial é característica das economias industriais.

É consenso que a fortíssima elevação dos preços das commodities observada na década de 2000 foi determinada, sobretudo, pela demanda chinesa por produtos básicos e energia (YU, 2011), mas as mudanças nos termos de troca também resultaram da política industrial e da política cambial de atrelamento do Yuan do dólar, os quais têm substanciais efeitos para o comércio e produção de bens industriais, em especial dos parceiros comerciais que perseguem regimes de câmbio flutuante, como é o caso do Brasil. Em função da valorização do Real, as tarifas médias consolidadas na OMC foram anuladas e passaram, na sua grande maioria, a valores negativos, o que implica que o câmbio valorizado não apenas anulou o efeito das tarifas, mas incentivou as importações. Já o Yuan desvalorizado funcionou como um aumento das tarifas e, portanto, como um instrumento de proteção do mercado doméstico chinês.

Podemos afirmar, com Arbache (*opus cit.*), que a primarização da economia brasileira não é fado do destino e tampouco a crescente dependência à economia chinesa deve ser vista como panaceia para os crônicos problemas econômicos do Brasil. O que, à primeira vista, são sedutoras e irresistíveis facilidades associadas a preços baixos de produtos importados, elevados ganhos com exportações e acesso facilitado a investimentos e financiamentos pode, na verdade, ser uma cilada com riscos substanciais e não negligenciáveis ao crescimento sustentável. Diferentemente de muitos outros países emergentes produtores de commodities, o Brasil já tem uma indústria consolidada, inclusive com *market-share* internacional não desprezível em alguns setores e, assim, tem muito a perder com a estagnação de sua indústria. Além do mais, o setor de commodities é um setor que emprega muito pouco, e, por isso, não solucionará os problemas de pobreza e distribuição funcional e pessoal de renda. Em 2010, 3,2% dos trabalhadores formais estavam empregados no setor agropecuário e menos de 0,5% no setor mineral. O setor agropecuário, na verdade, apesar de sua expansão na porcentagem do PIB, destruiu empregos formais entre 2009 e 2010:

Emprego formal em 2010 – setores selecionados			
	Número de empregos	Variação entre 2009 e 2010 (%)	Participação no emprego formal (%)
Extrativa mineral	211.216	1,14	0,48
Agropecuária	1.409.597	-1,26	3,2
Indústria de transformação	7.885.702	7,13	17,89
Serviços	14.345.597	8,39	32,55
Outros (serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio e administração pública)	20.216.243	8,19*	45,87
Total	44.068	6,94	100
(*) média não ponderada			
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS 2010			

Uma política de valorização e investimento desproporcionais em um setor que emprega pouco é contraditória se pensarmos em um governo que elegeu a superação da pobreza e da desigualdade como seus principais objetivos de políticas públicas. Evidências empíricas mostram que os preços das commodities são extremamente voláteis e a experiência das últimas décadas indica que elas são bastante sujeitas a intervenções públicas e mesmo privadas. Países dependentes de exportação de commodities têm crescimento econômico mais lento que países com pautas mais diversificadas de exportações, o que é atribuído à maior exposição a choques e impactos adversos da volatilidade sobre as decisões de investimento, receitas das exportações e produtividade (LOAYZA, SERVÉN & VENTURA, 2007). Não é a exportação de bens primários *per se*, mas a pouca diversificação das exportações que está associada a baixo crescimento (LEDERMAN & MALONEY, 2007; 2008). A valorização dos preços das commodities pode trazer benefícios que, no entanto, podem ser dominados pelos malefícios da volatilidade dos preços das mesmas, o que explicaria a tendência de mais baixo crescimento de longo prazo dos países mais dependentes de bens primários (CAVALCANTI, MOHADDES & RAISSI, 2011).

CONCLUSÃO

Vimos, através da análise da ascensão da China no cenário internacional, como ela vem se portando diante de economias em desenvolvimento na África e na América Latina,

mais especificamente no Brasil. Os fortes investimentos chineses em setores primários brasileiros, somados à estratégia contida no 12º Plano Quinquenal de diversificação da economia e aumento do valor agregado na pauta de exportação, o que se faz, dentre outras coisas, com investimento em educação e pesquisa, têm condenado o Brasil a ver sua indústria se esfacelar com a adesão estrita aos imperativos comerciais chineses.

Recuperando-se de um período sombrio de sua história, aquele do imperialismo do século XIX, que trouxe para a China atraso e subdesenvolvimento por imposição de tratados desiguais pelas potências ocidentais, principalmente Grã-Bretanha, Estados Unidos e França, os chineses assistem a uma expansão sem precedentes em sua economia nos séculos XX e XXI. O crescimento econômico chinês, acompanhado do intensivo êxodo rural promovido pelo governo, fez com que a China passasse de uma posição de autossuficiência em energia e alimentos para uma posição de grande importadora desses recursos, forçando-a a mudar sua estratégia de comércio internacional. Assim, por razões estratégicas e de custos, o país vem preferindo alimentar seus anseios de produtos primários junto às regiões periféricas, como África e América Latina, estreitando laços políticos e abrindo mercado para suas exportações.

As mudanças nas características da economia chinesa devem muito à consolidação do 12ª Plano Quinquenal (2011-2015), mecanismo de planejamento estatal de inspiração soviética, adaptado por Mao Zedong e mantido por Deng Xiaoping. Objetivou-se, de forma geral, com a elaboração do Plano, promover o consumo doméstico e a inovação tecnológica por meio de um modelo de crescimento mais socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e baseado mais firmemente na economia do conhecimento, com redistribuição de renda e bem-estar social, incentivos ao consumo, eficiência industrial e conservação de recursos naturais, avanços tecnológicos por meio da pesquisa e ciência, urbanização e migração e redução da taxa de crescimento. A China se transformou, por conseguinte, de um modelo que tem sido impulsionado pelo mercado externo para outro, alimentado pelo consumo doméstico. Se a China persistir no seu ideal de incentivar o consumo doméstico como fonte de crescimento, a pauta de importações poderá sofrer alterações relevantes. À medida que o poder de compra das famílias chinesas aumentar, haverá novas e maiores demandas por produtos de consumo de maior valor agregado.

Muitas metas do 12º Plano Quinquenal, apesar de pressupor, para se sustentar, a primarização de economias fornecedoras de commodities, como a do Brasil, guardam, no plano ideológico, semelhanças com as ações governamentais brasileiras. Trata-se de metas de inclusão social, aumento dos gastos com educação e dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, universalização da previdência social, reaparelhamento de indústrias

tradicionais, juntamente com o desenvolvimento de indústrias estratégicas emergentes (como biotecnologia e nanotecnologia), adoção de paradigmas tecnológicos da economia verde, por meio da redução da intensidade energética e ampliação da participação das energias renováveis no processo produtivo, valorização da solidez institucional dos respectivos sistemas políticos, estabilização macroeconômica alcançada pelos dois países, estratégias comuns de abertura aos fluxos externos de comércio e investimentos, busca de padrões competitivos de inserção na economia internacional, ênfase à produção de conhecimento, importância ao multilateralismo no campo econômico-comercial, processo de internacionalização por que passam ambas as economias, apesar de em graus distintos, substituição do G-8 pelo G-20 como principal foro econômico mundial, busca de fontes renováveis de energia e estímulo à economia verde e paralelismo nas curvas demográficas de Brasil e China, com aceleração do envelhecimento da população, o que repercute nas políticas previdenciárias de ambos os países. Entretanto, na prática, o que parece uma política compatível com a política econômica brasileira, impõe ao Brasil a primarização de sua pauta exportadora, como contrapartida do desenvolvimento industrial chinês. A parcela das commodities nas vendas brasileiras para a China equivale hoje a mais de 80% do total, enquanto as exportações chinesas de manufaturados para o Brasil respondem por mais de 97,5% do total.

Apesar dos benefícios no curto prazo proporcionado ao Brasil com seu estrito atrelamento à política econômica chinesa, os riscos no longo prazo não são desprezíveis. A mudança dos termos de troca em favor de *commodities* por período relativamente longo estimula a produção e exportação de produtos básicos, desestimula a produção e exportação de produtos manufaturados e aumenta a exposição da economia a choques externos. O padrão de comércio Brasil-China é mais assimétrico que o padrão de comércio Brasil-Estados Unidos ou Brasil-União Européia, sugerindo uma relação do tipo tradicional Norte-Sul, mais do que uma cooperação Sul-Sul.

Pensamos que a primitivização da economia brasileira não é imposição do destino e tampouco a crescente dependência à economia chinesa deve ser vista como panaceia para os crônicos problemas econômicos e sociais do Brasil. O que, à primeira vista, são sedutoras e irresistíveis facilidades associadas a preços baixos de produtos importados, elevados ganhos com exportações e acesso facilitado a investimentos e financiamentos pode, na verdade, ser uma cilada com danos substanciais e irreversíveis ao crescimento sustentável.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABDENUR, Adriana Erthal. “O XII Plano Quinquenal da China: consequências para o Brasil”. In *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 167- 179.

ADSHEADS, S. A. M. *China in World History*. London: MacMilan Press, 2000.

ARBACHE, Jorge. “O Canto da Sereia”. In *O Brasil e a China no reordenamento das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 227-248.

BREZNITZ; MURPHREE. *Run of the Red Queen*. Yale University Press, 2011

BUNKER, S. G.; CICCANTELL, P. S. “The economic ascent of China and the potential for restructuring the capitalist world economy”. In *Journal of World Systems Research*, X, 3, 2004, p. 565-589.

CEBC. *Investimentos Chineses no Brasil: uma nova fase da relação Brasil-China*. Rio de Janeiro: CEBC, maio de 2011.

Central Intelligence Agency, USA (CIA). *The World Factbook*. Acessado em 18/02/2014, às 11h08: <https://www.cia.gov/library/publications/the-wordl-factbook/geos/ch.html>.

Comitê Central do Partido Comunista da República Popular da China (2011). *XII Plano Quinquenal*.

FERCHEN, Matt. *China-Latin America Relations: long-term boon or short-term boom? The Chinese Journal of International Politics*, 4: 55-66, 2011.

HALPER, Stephan. *The Beijing Consensus: how China’s authoritarian model Will dominate the twenty-first century*. New York: Basic Books, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. “Relações Brasil-China: Elementos de aproximação e diferenciação”. In *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 66-80.

HU ANGANG. *Roadmap to China’s Rising*, Tsinghua University, 2007.

International Energy Agency (IEA). *Key World Energy Statistics*. Paris, 2010.

IKENBERRY, G. John. “The rise of China and the future of the West: can the liberal system survive?”. *Foreign Affairs*. 87.1 (January-February 2008): p. 23.

JACQUES, Martin. *When China rules the world: the rise of the Middle Kingdom and the end of the Western World*. New York: Penguin Press, 2009.

JENKINS, Rhys, Dussel Peters, Enrique & Moreira, Maurício Mesquita. “The impact of China on Latin America and the Caribbean”. In *World Development*, vol. 36, n. 2, 2008.

- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A ascensão chinesa e as matérias-primas. In *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 209-225.
- NAUGHTON, Barry. “China’s distinctive system: can it be a model for others?”. In *Journal of Contemporary China*, 19 (65): 437-460, 2010.
- O’HEARN, Denis. “Cycles of accumulation, crisis, materials, and space: can different theories of change be reconciled?”. In Cicantell, P. et alli (orgs.) *Nature, raw materials and political economy*. San Diego: Elsevier, 2004.
- ROMM, Joseph. “Green Giant: Beijing’s Crash Program for Clean Energy”. In *Climateprogress.org* (2010). Acessado em 15/05/2014, às 11h17: www.celsias.com/article/green-giant-beijings-crash-program-clean-energy.
- ROSEN, D. H.; HOUSER, T. “China Energy – a guide for the perplexed”. In *China Balance Sheet*, 2007.
- SENNES, Ricardo et BARBOSA, Alexandre de Freitas. “China-Brasil: uma relação multifacetada e dinâmica”. Brasília: FUNAG, 2011, p. 107-135.
- SHAMBAUGH, David. *China’s Communist Party*. University of California Press, 2009.
- SHIRK, Susan L. *China: a fragile superpower*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SKIRA, Meghan. “China and Latin America: a match made in trade heaven or dependency reloaded?”. In *Senior Honors Projects*. Paper 37, 2007.
- TAYLOR, Ian. *China’s new rol in Africa*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2009.
- TULL, Denis. *China’s Engagement in Africa: Scope, Significance and Consequences*. In *Journal of Modern Africa Studies* 44 (3): 459-479, 2006.
- USDE. *Critical Materials Strategy*. United States Department of Energy. Washington. Deutsche Bank, 2010.
- VADELL, Javier A. “The North of the South: the geopolitical implications of ‘Pacific Consensus’ in South America and the Brazilian Dilemma”. In *Latin American Policy*, vol. 4, n. 1, p. 36-56, 2013.
- World Trade Organization (WTO). *World Trade Report 2010: trade in natural resources*. Genebra, 2010a.
- World Trade Organization (WTO). *Trade Profiles 2010*. Genebra, 2010b.
- WRIGHT, Gavin; CZELUSTA, Jesse. “Mineral Resources and Economic Development”. In *Stanford Center for International Development’s Conference on sector reform in Latin America*. Stanford University, 2003.